

INVERÇÃO DO ÔNUS DA PROVA NO CDC

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE _____

PROCESSO Nº: _____

REQUERENTE: _____

NACIONALIDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG): _____

CPF: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

REQUERIDO: _____

CNPJ/CPF: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

I – DOS FATOS

O Requerente, consumidor conforme definição do artigo 2º do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), vem por meio desta petição apresentar a presente demanda em face do Requerido, fornecedor de produtos/serviços.

No curso da relação de consumo, houve a necessidade de inversão do ônus da prova, haja vista a hipossuficiência técnica e a dificuldade probatória enfrentada pelo consumidor.

II – DO DIREITO

Conforme dispõe o artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor:

"São direitos básicos do consumidor: a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências."

A inversão do ônus da prova é medida que se impõe diante da vulnerabilidade do consumidor frente ao fornecedor, garantindo maior equilíbrio na relação processual e assegurando o direito fundamental de acesso à justiça.

III – DA HIPOSSUFICIÊNCIA

O Requerente é pessoa física, sem conhecimento técnico especializado para comprovar os fatos alegados, enquanto o Requerido detém maiores condições técnicas e de acesso às informações necessárias para produzir provas.

Tal condição configura a hipossuficiência técnica do consumidor, autorizando a inversão do ônus da prova conforme previsão legal e jurisprudência pacífica.

IV – DOS FATOS QUE DEMONSTRAM A VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES

O Requerente sofreu prejuízos decorrentes de defeitos/irregularidades no produto/serviço fornecido pelo Requerido, conforme documentos anexos.

A verossimilhança das alegações encontra respaldo nas provas documentais apresentadas, no relato detalhado dos fatos e na ausência de justificativa plausível por parte do fornecedor.

V – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

1. A concessão da inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor;
2. A intimação do Requerido para que produza as provas necessárias à comprovação dos fatos alegados;
3. A procedência da demanda, com a consequente condenação do Requerido nas obrigações de fazer e/ou pagar indenização pelos prejuízos causados;
4. A condenação do Requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios;
5. A produção de todas as provas admitidas em direito, especialmente documental, testemunhal e pericial.

VI – DOS DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A INICIAL

Juntam-se os seguintes documentos para comprovação dos fatos alegados:

- Cópia dos documentos pessoais do Requerente;
- Comprovante de endereço;
- Documentos que comprovam a relação de consumo;
- Provas do defeito/irregularidade no produto/serviço;
- Correspondências trocadas entre as partes;
- Outros documentos necessários à comprovação.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Local

Assinatura do Requerente

Advogado(a)

OAB/___ Nº _____

Fonte original deste documento:

<https://adv-documentos.com/inversao-do-onus-da-prova-cdc/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://adv-documentos.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.